



# BOLETIM DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

---

## IMPA

MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# ELABORAÇÃO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE

**LUIS INÁCIO LULA DA SILVA**

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM  
SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTRA DE ESTADO

**ESTHER DWECK**

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

**CRISTINA KIOMI MORI**

SECRETÁRIO DE GESTÃO

**ROBERTO SEARA MACHADO POJO REGO**

SECRETÁRIA DE GESTÃO ADJUNTA

**KATHYANA DANTAS MACHADO BUONAFINA**

DEPARTAMENTO DE MODELOS  
ORGANIZACIONAIS

DIRETOR

**MARCOS SANTOS KROLL**

COORDENADOR-GERAL DE MODELOS  
ORGANIZACIONAIS

**EDUARDO MONTEIRO PASTORE**

GERENTE DE PROJETO

**LAERTE CLETO**

**EQUIPE TÉCNICA**

Byanne Rigonato; Eduardo Monteiro Pastore;  
Igor Costa Arsky; Juliana Toledo; Laerte Cleto;  
Marcos Santos Kroll; Raquel Martins Rêgo; Sheila  
Maria Reis Ribeiro; Sylvia Helena Prata.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	4
2. INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA	6
3. GESTÃO FINANCEIRA .....	9
4. DESEMPENHO DO IMPA .....	20
5. GOVERNANÇA, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO .....	33
6. TRANSPARÊNCIA .....	40

## APRESENTAÇÃO

Organização social é um título concedido pela Administração Pública Federal a uma entidade privada sem fins lucrativos, selecionada e qualificada nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, do Decreto nº 9.190, de 2017 e da Portaria nº 297/2019. O referido modelo de parceria social faz parte da estratégia de publicização de atividades sociais não exclusivas de Estado, cuja origem remonta ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995. Por publicização entende-se a transferência da execução de serviços e/ou atividades, nas áreas de educação, cultura, pesquisa científica, saúde, meio ambiente para o setor público não estatal, denominado terceiro setor. O Estado descentraliza a execução para a sociedade civil, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e de provedor ou promotor dos serviços sociais essenciais para o desenvolvimento. Como promotor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade (Caderno MARE 2: 1998). O fomento estatal às entidades da sociedade civil, para o desenvolvimento de atividades e/ou serviços não exclusivos de Estado, tem como pressuposto a diferença essencial entre mercado (lucrativo) e setor público não estatal, que não visa ao lucro (Kother, 2008, apud Calegare e Pereira, 2011:2).

Com o fim de promover o conhecimento e dar transparência sobre o referido modelo de parceria, a SEGES lança a primeira edição do Boletim OS, que

reúne informações sobre propósito das parcerias, gestão e governança das entidades qualificadas e principais resultados alcançados. O estudo analítico-descritivo foi realizado pela equipe técnica do DEMOR/SEGES-MGI, que utilizou como fonte de dados primários os contratos de gestão e seus aditivos; relatórios de gestão semestrais e anuais das entidades qualificadas e respectivos relatórios de auditoria independente; os demonstrativos de fluxos de caixa, bem como os demonstrativos de resultados publicados, anualmente, no Diário Oficial da União (DOU) e disponíveis no sítio oficial da Organização Social e do respectivo Órgão Supervisor; relatórios semestrais e anuais das respectivas comissões de avaliação do contrato de gestão, dentre outras referências. Para esse fim, foram selecionadas variáveis que melhor caracterizam a operacionalização do contrato de gestão e o desempenho das organizações sociais. O recorte adotado privilegia o aprendizado institucional e os resultados da parceria para o cidadão, procurando aprofundar a análise para além do aspecto orçamentário e financeiro.

O Boletim OS é uma síntese de dados e informações sobre: (I) caracterização da parceria e do objeto do contrato de gestão, plano de ação e beneficiários; (II) gestão financeira, estrutura das receitas e das despesas e dinâmica de desembolso de recursos no âmbito do contrato de gestão; (III) resultados da parceria vis a vis Indicadores e Metas pactuadas;

(IV) governança, supervisão, avaliação e controle do contrato de gestão, e (V) transparência e acesso às informações, no âmbito das parcerias. A primeira edição dedica-se à análise do período compreendido entre 2011 e 2019.

## 2. INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA

O IMPA foi a primeira unidade de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), criado em 15 de outubro de 1952, com o objetivo de estimular a pesquisa científica, a formação de novos pesquisadores e a difusão e aprimoramento da cultura matemática no Brasil. A organização do primeiro Colóquio Brasileiro de Matemática, em 1957, e sua realização desde então, a cada dois anos, foi um marco na estruturação do campo da ciência matemática no país. Os primeiros programas de mestrado e doutorado remontam a 1962. Em 1971, o IMPA tornou-se a primeira instituição matemática com mandato do Conselho Federal de Educação, para outorgar graus de mestre e doutor. O quadro permanente de pesquisadores do IMPA consolidou-se com apoio, também, do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES) e, posteriormente, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), possibilitando a formação de profissionais de matemática em grandes instituições estrangeiras. Em julho de 1981, o IMPA instalou-se em uma sede própria, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

Por força do Decreto nº 3.567, de 17 de agosto de 2000, o IMPA, com as demais unidades de pesquisas vinculadas ao CNPq, foi transferido para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). No mesmo ano, as atividades do IMPA foram publicizadas para a Associação Instituto de Matemática Pura

e Aplicada (IMPA), qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 3.605 de 20 de setembro de 2000. O Contrato de Gestão foi firmado entre o MCTIC e o IMPA, em 2001, com o objeto de fomentar atividades de pesquisa, difusão do conhecimento, capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e melhoria do ensino na área da matemática.

Inicialmente, as pesquisas do IMPA concentravam-se nas áreas de sistemas dinâmicos, análise e topologia diferencial. Logo expandiram-se para a geometria algébrica, geometria diferencial, probabilidade, estatística, pesquisa operacional, otimização e economia matemática. Chegaram aos campos de equações diferenciais parciais, dinâmica dos fluidos e computação gráfica e, recentemente, geometria simplética e matemática discreta.

O IMPA tem uma posição de articulação no cenário nacional da matemática e diálogo direto com todos os segmentos da comunidade acadêmica e da educação básica. Possui laboratórios de pesquisa experimental e uma biblioteca especializada entre as mais completas do mundo, infraestrutura de informática e multimídia. Sua expertise é reconhecida internacionalmente, destacando-se a realização de eventos e a participação em instâncias de liderança internacional, no campo da ciência matemática, bem como a premiação, em 2014, de Artur Ávila, pesquisador e doutor egresso

do IMPA, condecorado com a Medalha Fields, a maior distinção da matemática mundial. Em 2018, IMPA e a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) lideraram a candidatura exitosa do Brasil a integrar o grupo de elite (Grupo 5) da União Matemática Internacional, com as dez nações mais avançadas do mundo na área.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é outra importante ação do Instituto, para disseminação da matemática. Criado em 2005, o evento é realizado anualmente com o apoio do Ministério da Educação, órgão interveniente no Contrato de Gestão, e com a colaboração da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Atualmente, alcança quase a totalidade da população estudantil das escolas públicas e privadas do país.

O Estatuto do IMPA, no art. 4º, com as alterações aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua 72ª Reunião (ago/ 2020), dispõe como objetivo e missão da entidade: a promoção, a realização e a contribuição às pesquisas relacionadas com as ciências matemáticas e afins, além da formação de pesquisadores, da difusão do conhecimento matemático, e da sua integração com outras áreas da ciência, cultura, educação e com o setor produtivo.

Em 2014, a família Marinho, das organizações Globo, doou ao IMPA um terreno de 250 mil metros, para a construção de novo campus, adjacente à sede do IMPA, no Jardim Botânico. A expansão física permitirá a ampliação das atividades do Instituto, em particular no que tange à formação de alunos e à disseminação do conhecimento.

## 2.1 PLANO DE AÇÃO

Constituem referências para a ação do IMPA: a realização de planejamento estratégico, cuja metodologia é aprovada pelo Conselho de Administração da OS; as diretrizes estratégicas do MCTI e o plano de trabalho anexo ao contrato de gestão (CG). Há um plano de metas, anualmente ajustável, em conjunto com uma comissão interministerial, contendo os parâmetros pelos quais é medido o desempenho organizacional.

As ações do Instituto são organizadas a partir dos seguintes macroprocessos: (i) pesquisas; (ii) intercâmbio científico; (iii) ensino; (iv) desenvolvimento tecnológico; (v) informação científica; e (vi) desenvolvimento institucional. Os macroprocessos são, em geral, executados por mais de uma coordenação finalística, num trabalho integrado que envolve cruzamento de dados e multidisciplinariedade.

## 2.2 BENEFICIÁRIOS

Comunidade científica, universidades, professores e alunos do ensino

fundamental e médio, empresas.

### 3. GESTÃO FINANCEIRA

Neste tópico, é analisada a composição financeira das receitas e despesas do IMPA, assim como o Patrimônio Social<sup>1</sup> da organização.

Compõem a estrutura financeira das organizações características do terceiro setor: receitas - constituídas a partir de recursos próprios, recursos geridos e/ou recursos investidos; e despesas - compostas pelas contas: despesa de custeio, despesa de pessoal e despesa de capital. A primeira, despesa de custeio, representa o que foi destinado ao pagamento de material de consumo, de serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Despesa de pessoal refere-se à manutenção do quadro de pessoal da Organização Social. E a despesa de capital, ou de investimento, é referente ao planejamento e execução de obra, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

As Organizações Sociais têm suas receitas compostas por duas grandes fontes de recursos: uma formada por

recursos do contrato de gestão firmado com a União; e outra fonte de recursos captados extra contrato de gestão, por meio de convênios públicos e privados, prestação de serviços e parcerias estratégicas nacionais e internacionais.

O fomento reúne os recursos do órgão supervisor e do(s) interveniente(s) no CG. Os recursos provenientes de órgãos ou entidades da Administração Pública não intervenientes, que se destinam à execução eventual de atividades no âmbito do contrato de gestão, são repassados ao órgão supervisor mediante Termo de Execução Descentralizada (TED), nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

O fomento público, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é disponibilizado mediante Ação Orçamentária específica, criada a partir de 2014 pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF), qual seja a Ação 212H - Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais, em substituição ao repasse por meio de Ações Orçamentárias específicas<sup>2</sup>. Os re-

---

1 Patrimônio Social é uma característica contábil típica do Terceiro Setor, ou seja, das entidades privadas sem fins lucrativos. Considera-se que o resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) do exercício não é distribuído entre seus sócios ou associados, mas contabilizado na conta "Patrimônio Social". O Patrimônio Líquido possui duas contas, sendo uma delas o Patrimônio Social (não há capital social) e a outra Superávit ou Déficit que, após aprovada pelo Conselho de Administração, se soma ao Patrimônio Social. (Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/pl.htm>. Acessado em: 17/09/2020.)

2 Até 2013, os recursos aprovados na LDO, para transferência ao IMPA, eram alocados conforme a seguir: Ação nº4122- Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada; Ação nº2808 – Realização de Olimpíadas em Ciências; Ação nº8870

cursos são alocados pela Administração, com base no planejamento plurianual do Contrato de Gestão. A organização social possui flexibilidade para gerir seu orçamento e para alocar os recursos do fomento de acordo com a demanda e o planejamento plurianual do contrato de gestão, independentemente de categorias de custeio e investimento, com vistas à implementação do plano de trabalho.

Outro fator é a composição da Reserva Técnico-Financeira (RTF), mecanismo constituído para utilização em situações limites, decorrentes do contingenciamento de recursos, para fazer frente exclusivamente às despesas relacionadas aos objetivos e resultados pactuados no contrato de gestão, sejam elas:

- Custeio das atividades básicas;
- Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos;
- Custeio da infraestrutura, de modo a assegurar a disponibilidade, qualidade e capacidade de serviços essenciais de comunicação e colaboração;
- Outros gastos necessários, ao alcance dos objetivos pactua-

dos em contrato.

Para efeito de compreensão da dinâmica do financiamento público do contrato de gestão, será usada a seguinte classificação:

» Recursos planejados: estão presentes nos Planos de Trabalho anexos ao contrato de gestão e em cláusula específica, que trata dos recursos financeiros e orçamentários. Fazem parte do planejamento tanto da entidade quanto do órgão supervisor.

» Recursos aprovados: recursos orçamentários constantes dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão.

» Recursos repassados: são os recursos financeiros efetivamente transferidos à Organização Social.

» Recursos oriundos de emendas parlamentares<sup>3</sup> correspondem ao orçamento impositivo e são contabilizados na ação 212H, nos termos dos artigos de 62 a 68, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020.

A gestão financeira do IMPA estrutura-se a partir de três processos: financeiro, contábil e orçamentário. Visando aprimorar as informações gerenciais, para a tomada de decisão da Diretoria-Executiva e do Conselho de Administração, foi implantado o projeto piloto da

---

– Olimpíadas Escolares (FNDE/MEC).

<sup>3</sup> Orçamento Impositivo das emendas individuais ou de bancadas trata de despesas discricionárias propostas pelo Poder Legislativo, não asseguradas por norma legal ou constitucional, não sendo obrigatório orçá-las e que estão sujeitas a contingenciamento. Contudo, há obrigatoriedade de execução pelo ordenador de despesas, nos termos dos arts. 62 a 68, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020. Vide Curso Processo Legislativo Orçamentário: Orçamento Impositivo. Repositório ENAP. 2021.

Gestão Estratégica de Custos. Em 2019, uma nova ferramenta foi introduzida:

o Processo de Gestão de Receitas dos contratos.

### 3.1 ESTRUTURA DA RECEITA

A receita do IMPA é composta por: recursos transferidos, no âmbito do contrato de gestão (fomento), e

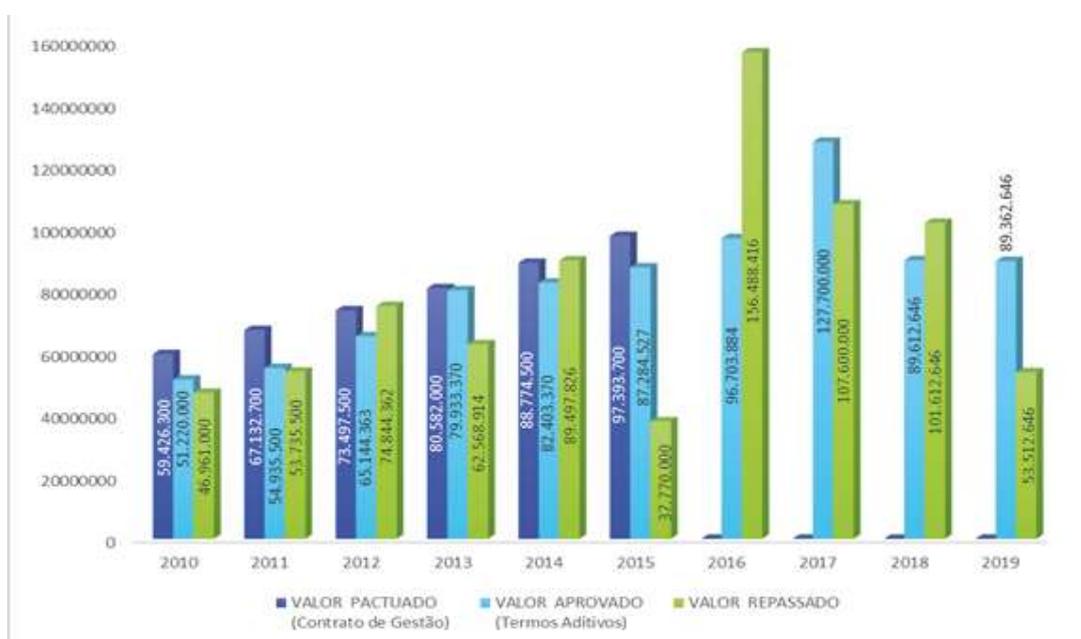
por receitas de fontes externas, assim contabilizadas: convênios e contratos administrativos, receitas operacionais, receitas financeiras e recursos próprios.

#### 3.1.1 CONTRATO DE GESTÃO (CG)

É obrigatória a contabilização dos recursos repassados (fomento), de forma segregada de outras fontes, em conta bancária específica, evidenciando as receitas e despesas relacionadas ao contrato. Também é obrigatória a aplicação

financeira desses recursos, enquanto não empregados, em caderneta de poupança ou em fundo lastreado em títulos da dívida pública, devendo os resultados dessa aplicação reverter exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão.

Gráfico 1: evolução da receita do contrato de gestão do IMPA



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

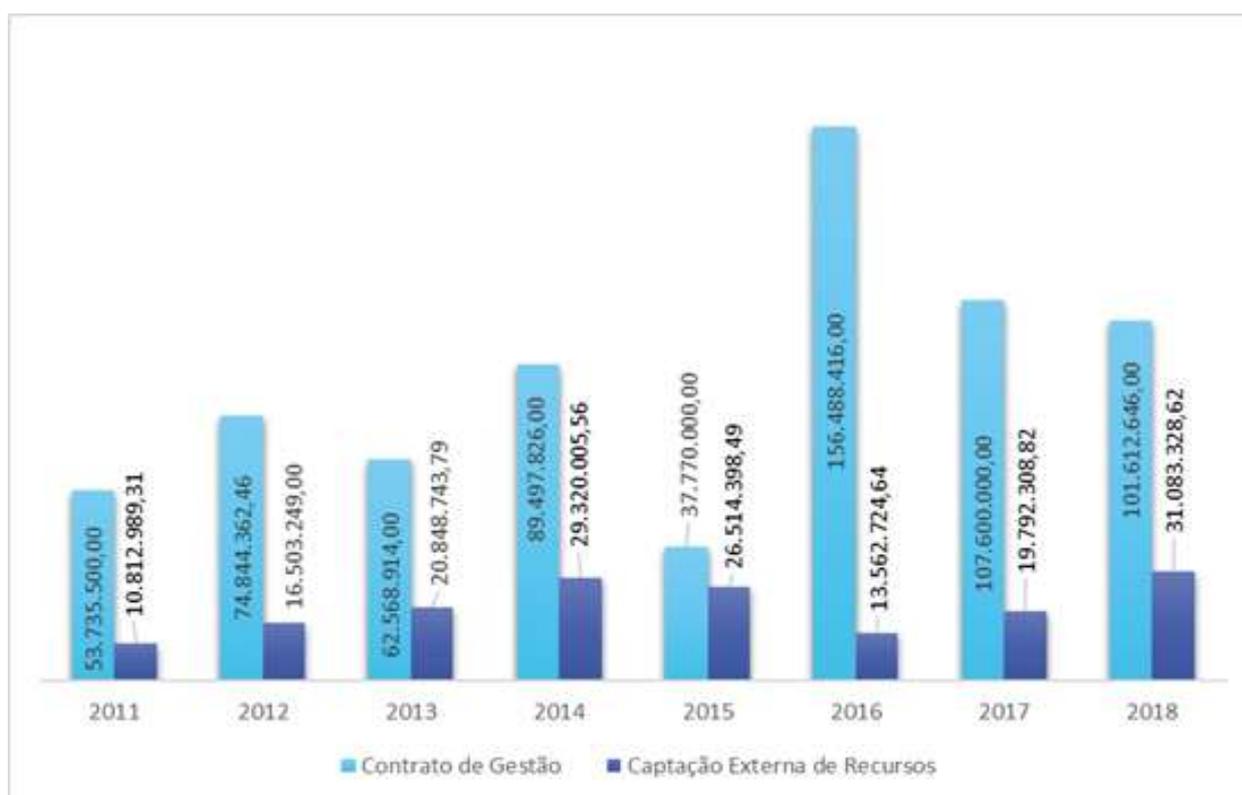
O gráfico 1 mostra a relação entre valores pactuados no contrato de gestão, correspondentes ao planejamento plurianual, valores aprovados e consignados nos termos aditivos anuais (orçamento), e valores efetivamente repassados ao IMPA. Em decorrência das sucessivas prorrogações do contrato, após 2016, só aparecem os valores relativos aos orçamentos consignados nos termos aditivos e aos repasses anuais.

Note-se que não há coincidência

entre valores pactuados, valores consignados nos termos aditivos e valores repassados, sendo frequente a reprogramação de recursos inscritos em restos a pagar, para os anos subsequentes, o que assegura o cumprimento dos objetivos do CG.

Registra-se que o fomento representa a maior fonte de financiamento do IMPA, conforme mostra o gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2: Comparativo de receitas por fonte de recursos.



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

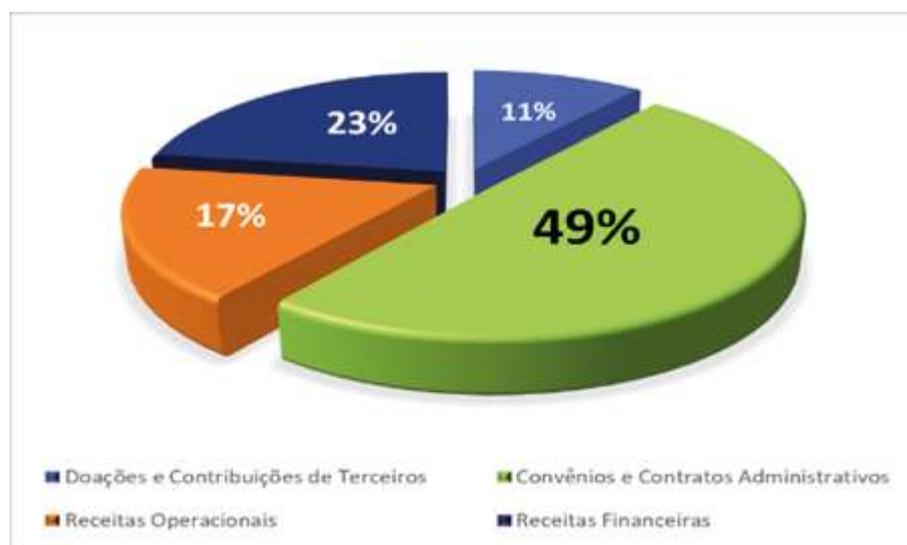
## CAPTAÇÃO EXTERNA DE RECURSOS

Constituem fontes de captação externa de recursos do IMPA: convênios e contratos administrativos; doações e contribuições de terceiros; receitas operacionais (venda de livros) e receitas financeiras.

Apoios recebidos das agências

de fomento brasileiras, em 2019, ainda que mais reduzidos em comparação aos anos anteriores, assim como o estabelecimento de convênios e projetos internacionais, permitiram atenuar parcialmente o impacto dos cortes de recursos oriundos das agências brasileiras.

Gráfico 3: Composição da receita de fontes externas de recursos



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

Gráfico 4: classificação dos recursos de captação externa por fonte de financiamento, no período de 2011 a 2019

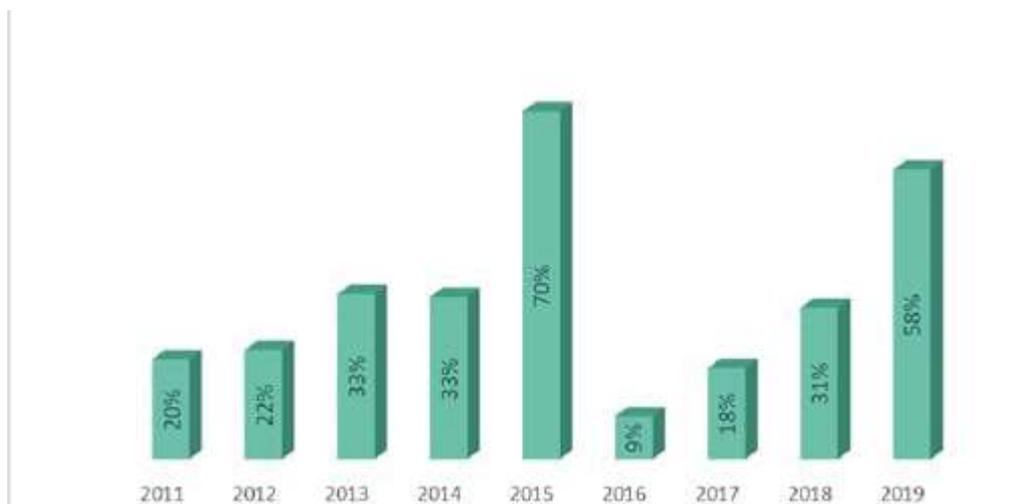


Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

A receita financeira líquida é diretamente proporcional ao tempo de aplicação financeira dos recursos do contrato de gestão. A falta de regularidade no

desembolso dos recursos, dentre outros impactos negativos, restringe o uso dessa fonte de financiamento.

Gráfico 5: Alavancagem de recursos externos



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

A alavancagem de recursos está associada à capacidade da organização em captar recursos externos e, à medida que diversifica suas fontes de recursos, minimiza os riscos de insolvência e au-

menta suas chances de sustentabilidade. Há uma correlação direta entre alavancagem e diversificação da carteira de financiamento externo.

Tabela 1: reserva técnica-financeira do IMPA

Ano de Exercício	Termo Aditivo	Valor Aprovado (Termos Aditivos)	RTF para fins contábeis ((VA+Fluxo de Caixa para Custeio de até 8 meses)
2011	5º Termo Aditivo	1.455.484,82	21.700.610,86
2012	7º Termo Aditivo	2.231.789,40	38.971.353,03
2013	9º Termo Aditivo	2.850.397,48	32.837.508,56
2014	12º Termo Aditivo	3.553.959,09	48.929.892,82
2015	15º Termo Aditivo	4.381.635,67	14.301.789,31
2016	18º Termo Aditivo	4.845.403,90	90.468.137,68
2017	19º Termo Aditivo	4.997.895,53	114.296.743,20
2018	22º Termo Aditivo	5.417.837,19	137.212.576,75
2019	24º Termo Aditivo	10.240.303,75	118.055.556,00

Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

A reserva técnica do IMPA compreende o fluxo de caixa necessário para o custeio das atividades por um período de até oito meses, e a reserva trabalhista, que só pode ser utilizada com a autoriza-

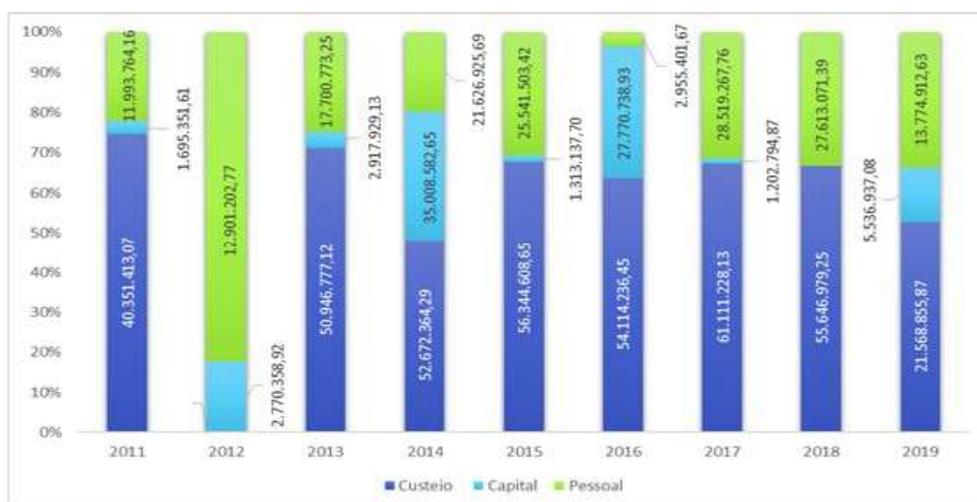
ção do Conselho de Administração, conforme deliberado na Ata da 21ª reunião do Conselho de Administração, em 2006 (Relatório de Gestão Anual 2016: 161).

### 3.2. ESTRUTURA DA DESPESA

A despesa subdivide-se em: despesa de custeio, despesa de pessoal e despesa de capital. A primeira, despesa de custeio, representa o que foi destinado ao pagamento de material de consumo, de serviços de terceiros e de gastos com obras de conservação e adaptação

de bens imóveis. A despesa de pessoal corresponde aos gastos com o quadro de pessoal da Organização Social, e a despesa de capital, ou de investimento, é referente ao planejamento e execução de obra, à aquisição de instalações e de equipamento de material permanente.

Gráfico 6. Evolução das Despesas do IMPA



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

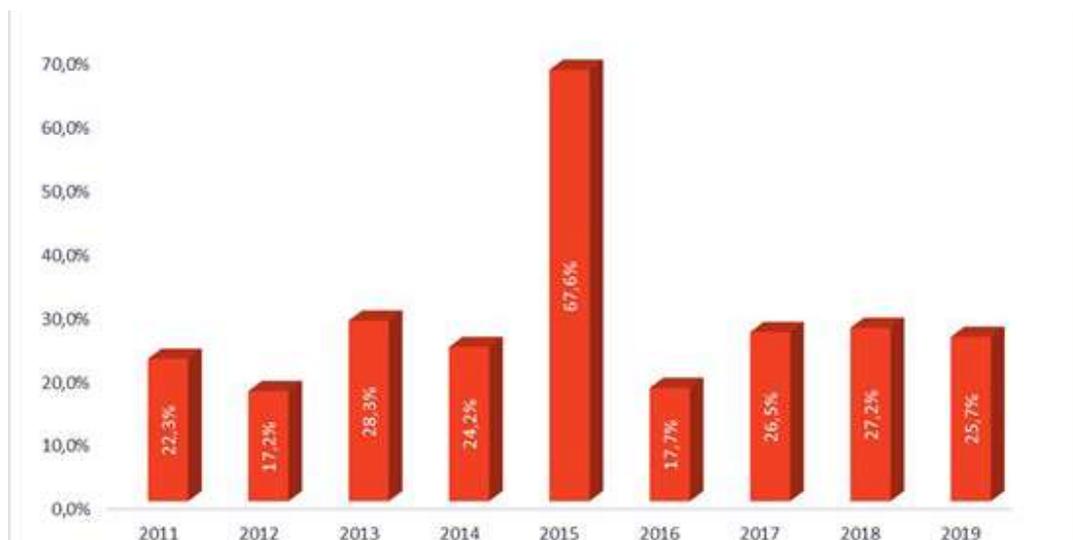
Com exceção do ano de 2012, as despesas de custeio foram expressivas em relação aos demais itens. Isso é devido à manutenção das instalações do IMPA, que incluem o campus e o abrigo dos estudantes, além dos laboratórios, cujas inovações têm sido realizadas com os esforços da equipe, para obter recursos externos provenientes de empresas e convênios. Até 2016, o IMPA recebia grandes aportes financeiros oriundos de projetos FINEP de infraestrutura (CT-INFRA), o que permitia acompanhar o nível tecnológico necessário para manter a qualidade da infraestrutura básica dos laboratórios das áreas de pesquisa aplicada. Contudo, desde 2016 a FINEP não lança mais editais de apoio à infraestrutura, o que levou a entidade a prover a manutenção dos Laboratórios de Matemática aplicada com recursos do contrato de gestão, minimizando o déficit decorrente da falta de novos editais e bolsas fomentadoras.

Acrescenta-se a isso o desenvolvimento do projeto do novo campus, com previsão de início da execução da obra em 2021 e término em 2024.

Em relação aos gastos com pessoal, registra-se a estratégia bem-sucedida da entidade, para manutenção do quadro de pesquisadores qualificados. Em 2001, o IMPA contava com 29 matemáticos, todos servidores públicos cedidos à Organização Social IMPA, e mais três pesquisadores eméritos. Desses 29, treze estariam em condições de se aposentar até 2013, cinco, até 2025, e outros onze, até 2036. Logo, tornou-se urgente a reposição do quadro de pesquisadores. Foram contratados 18 novos pesquisadores, tendo sido fortalecidas oito das dez áreas de pesquisa existentes, contabilizando um quadro de pesquisadores com 44 matemáticos e 5 pesquisadores eméritos. Em 2013, foi lançada uma nova chamada para contratação de até três pesquisadores, em caráter tenure track,

do qual participaram cem matemáticos inscritos de diversas nacionalidades, que tornou possível a recomposição do quadro de pessoal qualificado até 2019.

Gráfico 7: evolução percentual das despesas com pessoal, em relação ao total de recursos repassados no âmbito do contrato de gestão - fomento (2011 a 2019)

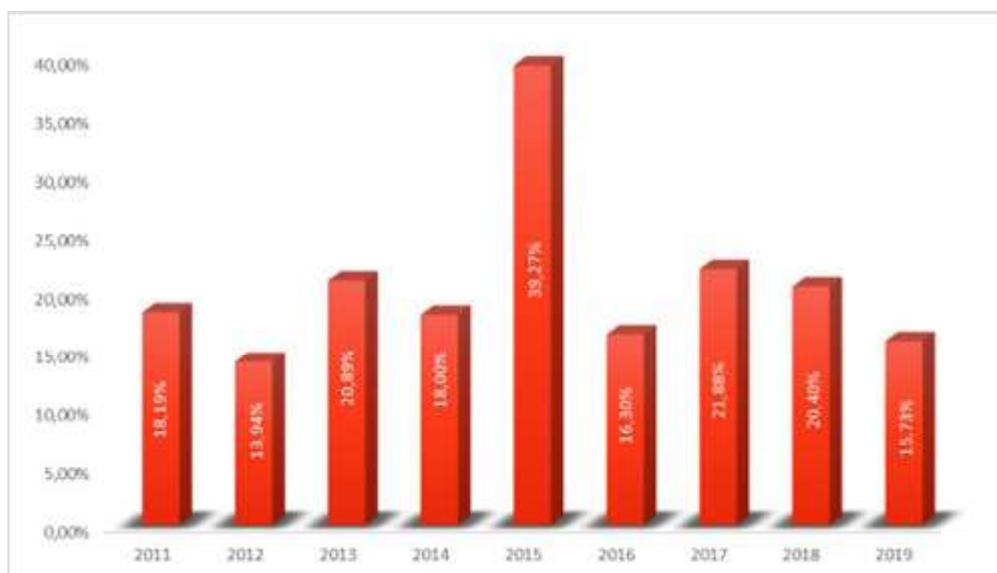


Fonte: : Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

O gráfico 7 apresenta o percentual de gastos de pessoal, em relação ao valor dos recursos repassados, no âmbito do contrato de gestão. Observa-se que, à exceção do ano de 2015, a média percentual de gastos com pessoal do IMPA

não ultrapassa 23,6%. O valor de 67,6 %, referente ao gasto de pessoal em 2015, é um ponto fora da curva, sendo explicado pela forte queda no repasse de recursos do fomento naquele ano.

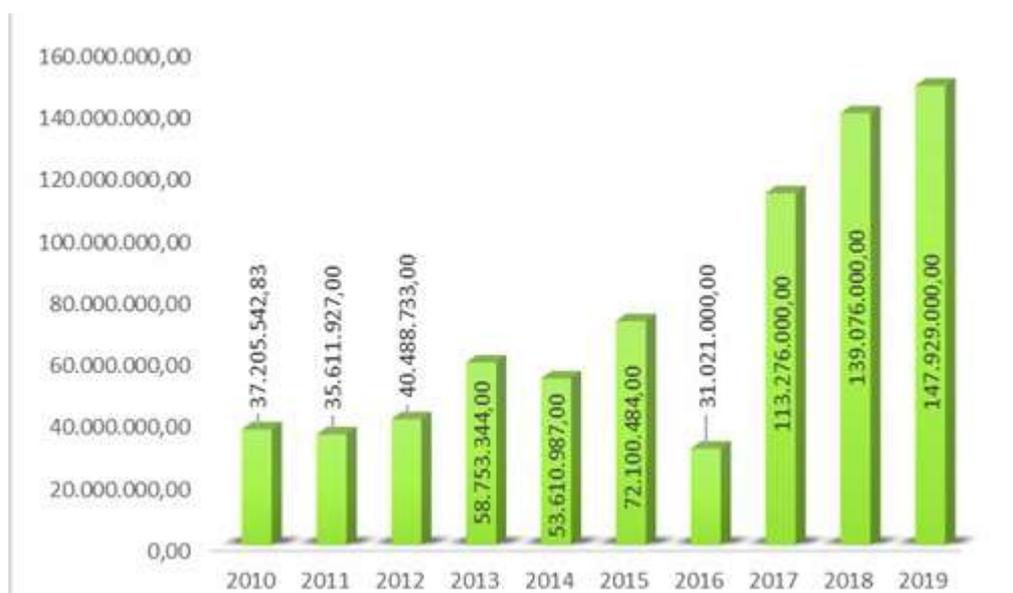
Gráfico 8: gastos com pessoal, em relação à soma dos recursos do fomento e de fontes externas



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

Note-se que, somados os recursos em todo o período, caindo mais de 28% do fomento e de fontes externas, o percentual de gastos com pessoal diminuiu em relação aos valores apresentados no gráfico 7.

Gráfico 9: evolução do patrimônio social



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

O gráfico 9 apresenta a evolução do patrimônio social do IMPA. A composição tem relação direta com o resultado do exercício financeiro, estando diretamente associada ao superávit ou ao déficit alcançado. Nesse sentido, tem relação com os repasses de recursos no âmbito do CG.

## 4. DESEMPENHO DO IMPA

O desempenho organizacional é avaliado tendo-se como referência o alinhamento entre os objetivos estratégicos do contrato de gestão e o Quadro de Metas e Indicadores (QIM), abaixo apresentados:

- Realização de pesquisas matemáticas, em tópicos considerados de grande relevância, em padrão internacional, para o avanço do conhecimento nas áreas de suas aplicações, dando ao Brasil destacado nível de competência no setor.
- Difusão do conhecimento matemático em todos os níveis, para propiciar acesso da comunidade brasileira aos progressos científicos das áreas e suas aplicações e produção de literatura básica, que permita não só alcançar esse objetivo nesta e em áreas afins do conhecimento, mas despertar o interesse dos jovens pela matemática.
- Capacitação científica dos pesquisadores e professores universitários, em padrão internacional, promovendo a formação de mestres e doutores com credenciais para produzir pesquisa com qualidade, participar de projetos e programas de inovação científica e tecnológica e agir como multiplicadores dessa competência.
- Realização de projetos de melhoria do ensino da matemática, em todos os níveis, e prestação de serviços de assessoramento e consultoria qualificada.
- Desenvolvimento de aplicações da matemática e tecnologias associadas, através da elaboração de modelos da matemática aplicada e da produção de software inovador, que respondam a problemas concretos colocados pelas políticas públicas e pelo setor produtivo.
- Fomento e cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional do IMPA, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços; e
- Colaboração técnica e científica com as ações e políticas nacionais de desenvolvimento do setor público e privado.

A tabela 2, abaixo, sintetiza o desempenho da OS, no período de 2011 a 2019, permitindo cotejar metas pactuadas e resultados alcançados.

Indicador/ano	2011		2012		2013		2014		2015	
	Meta	Atingido								
<b>MACROPROCESSO 1: Pesquisa</b>										
1. Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas	65	83	70	77	68	89	70	93	72	117
2.1. Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas (de 2010-2015)	130	134	130	152	125	155	130	156	130	153
2.2. Número médio de artigos publicados no ano por cada pesquisador em revistas de circulação internacional e alto padrão científico com corpo de pareceristas (de 2016 a 2020)										

3. Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq	80	90	80	85,1	80	89	80	90	80	92
<b>MACROPROCESSO 2: Intercâmbio Científico</b>										
4 - Número de visitas/mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros	240	287	240	315	240	309	240	368	240	432
5 - Número de visitas/mês ao IMPA de estagiários de pós-graduação	240	365	250	471	250	424	250	413	250	382
6 - Número de Reuniões científicas do IMPA	10	13	10	14	10	14	10	13	10	16
<b>MACROPROCESSO 3: Ensino</b>										
7 - Índice de sucesso do doutorado - programa de 4 anos (igualdade de títulos concedidos a bolsistas nos últimos 4 anos, multiplicado por 48 e dividido pelo número de meses de bolsas concedidas nos 4 anos precedentes à obtenção do grau)	85	86	85	89	85	93,6	85	92,8	85	95

8 - Índice de sucesso do mestrado - programa de 2 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicado por 24 e dividido pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção de graus)	85	87	85	92	85	91,7	85	89,7	85	87
9 - Número de doutores formados anualmente, média dos últimos três anos	16	20	16	17,75	16	16,25	14	16	14	15,5
10 - Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado nos anos ímpares)	600	637	0	0	600	602	0	0	600	787
<b>MACROPROCESSO 4: Desenvolvimento Tecnológico</b>										
11.1 - Número de protótipos e Softwares produzidos ou aperfeiçoados (novas versões)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

11.2 - Número de publicações técnicas e protótipos resultantes de desenvolvimento de softwares, uso de novas tecnologias ou de aplicações tecnológicas (de 2017 a 2020)										
12.1 - Número de publicações técnico-científicas e/ou patentes resultantes de projetos	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
12.2 - Número de estagiários e bolsistas em treinamento técnico nos laboratórios										
<b>MACROPROCESSO 5: Informação Científica</b>										
13 - Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação)	16	16	16	17	16	16	16	16	16	18
14 - Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA	800	930	800	815	800	809	800	802	800	813

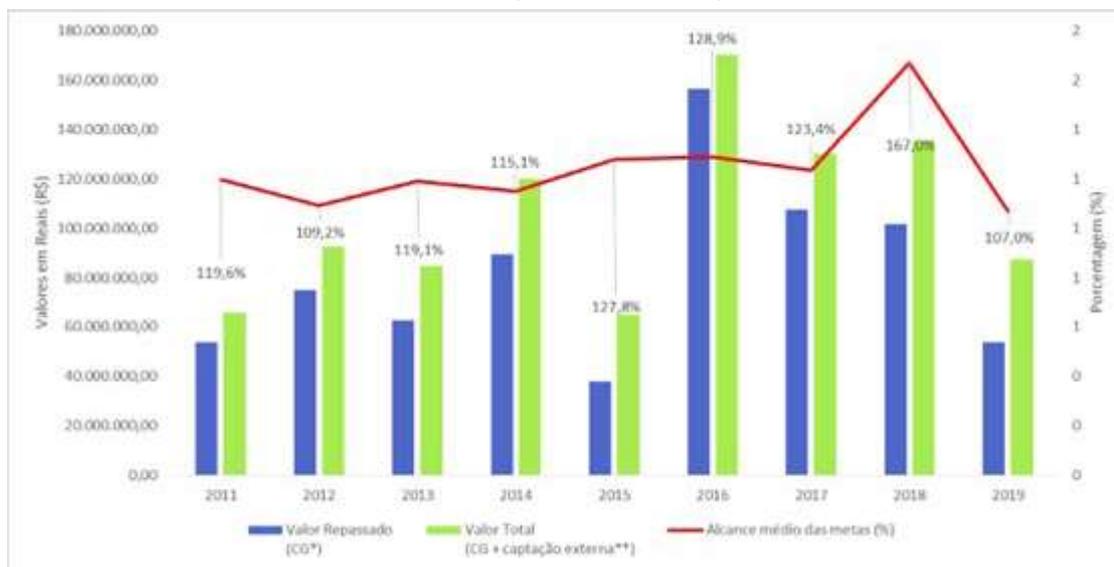
15 - Número de livros emprestados	12500	12709	0		13000					
<b>MACROPROCESSO 6: Desenvolvimento Institucional</b>										
16.1 - Nota da CAPES (avaliação a cada 3 anos) - de 2010 a 2015	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
16.2 - Nota da CAPES (avaliação a cada 4 anos) - a partir de 2016										
17 - Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes e aprovados por concorrência ou mérito	48	57	48	57	48	91	48	100	48	100
18* - Percentagem de recursos do contrato de gestão utilizados na gestão do pessoal administrativo e cargos gerenciais (foi aplicado apenas nos anos de 2016 2017)										
<b>MACROPROCESSO 7: Disseminação da Matemática</b>										

18 - Número de alunos inscritos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP	16 milhões									
19 - Custo máximo por aluno da realização das duas fases da prova da OBMEP (aplicado apenas em 2016 e 2017)										
20.1 - Número de acessos ao portal de vídeos da OBMEP (aplicado apenas em 2016)										
20.2 - Número de acessos (login) ao portal da matemática localizado em: <a href="http://matematica.obmep.org.br">matematica.obmep.org.br</a> (22º T.A./2018)										

Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

A análise dos dados da tabela 2 mostra um desempenho médio do IMPA equivalente a 132,7 %, no período de 2011 a 2019.

Gráfico 10: correlação entre desempenho e recursos



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

A análise do gráfico 11 indica que o desempenho do IMPA, em geral acima de 100%, não pode ser explicado por uma associação direta com o volume de recursos. Nesse caso, a avaliação depende da análise de outros fatores, dentre os quais: as especificidades da pesquisa matemática, o nível de excelência científica dos pesquisadores, que é determinante para atrair pesquisadores visitantes e parcerias nacionais e internacionais, além da flexibilidade do modelo OS, para gerir o CG, em ambientes

de incerteza.

A seguir, informam-se os indicadores experimentais de economicidade monitorados pelo IMPA, a partir de 2016.

- Custo máximo por aluno na realização das duas fases da prova da OBMEP.
- Percentagem de recursos do contrato de gestão utilizados na gestão de pessoal administrativo e cargos gerenciais.

#### 4.1. RESUMO DE ENTREGAS NO PERÍODO

O IMPA ocupa uma posição de articulador no cenário nacional da matemática, em diálogo direto com todos os segmentos da comunidade acadêmica e da educação básica. Possui uma infraestrutura de pesquisa (Laboratórios de pesquisa experimental), uma biblioteca especializada e infraestrutura de informática e multimídia.

Entre 2011 e 2019, os pesquisado-

res do IMPA publicaram um total de 880 artigos em revistas científicas de alto nível, distribuídos entre um número de pesquisadores que variou entre 51 e 43 no período. Em 2018, o Instituto superou a produção de artigos por pesquisador de departamentos de matemática de instituições internacionais de prestígio, cuja média de artigos científicos, conforme a seguir:

INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PESQUISADORES	ARTIGOS/PESQUISADOR
BERKELEY	60	1,72
CAMBRIDGE	54	1,22
HARVARD	20	1,65
IMPA	46	2,19
MIT	55	1,93
PARIS-ORSAY	149	1,06
PRINCETON	43	2,02
STANFORD	29	2,31
USP	180	0,77

Mestres e Doutores formados no IMPA entre 2011 e 2019: 163 doutores e 183 mestres.

Em 2011, o IMPA apoiou a criação do PROFMAT – Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, pós-graduação semipresencial voltada para a capacitação do professor de matemática da educação básica, coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), visando a atender professores de Matemática do ensino básico, espe-

cialmente nas escolas públicas que busquem aprimoramento em sua formação profissional. Em cinco anos de funcionamento do PROFMAT, o IMPA teve 1.279 candidatos, para um total de 190 vagas. Foram admitidos 182 alunos, sendo 149 como bolsistas. Através do programa, formaram-se mais de 120 mestres. Em 2016, o IMPA encerrou sua participação.

O Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio (PAPMEM), cursos intensivos

de curta duração, nos meses de janeiro a julho, direcionados a professores de Matemática do Ensino Médio atuantes em todas as Unidades Federativas, os quais são retransmitidos para 68 outras instituições, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), lançada em 2005, é política pública implantada com o propósito de descobrir talentos e incentivar a melhoria do ensino de matemática, no Ensino Médio e Fundamental, em todo o território nacional. Desde 2017, o evento está aberto a todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas, e, desde 2018, é oferecida também aos alunos dos 4º e 5º anos do ensino fundamental, mobilizando atualmente quase 20 milhões de crianças e jovens, incluindo a população mais carente, na quase totalidade dos municípios.

O número de escolas inscritas saiu de 44.717 unidades, em 2010, para 46.728, em 2012, e 47.145, em 2013. Em 2015, atingiu 47.580 escolas, com uma ligeira queda para 47.474 escolas, em 2016. O aumento da adesão das escolas, durante este período, é consequência da linha de ações de divulgação promovidas pela OBMEP, além do trabalho colaborativo com as secretarias municipais e estaduais de educação. As ações incluem envio de kit de divulgação, com informações gerais sobre o projeto (cartaz, folder e calendário) para o pú-

blico-alvo: todas as escolas públicas da base de dados do MEC/INEP, que atendem do 6º ano do Ensino Fundamental ao último ano do Ensino Médio (60.867 escolas); envio eletrônico de circulares às escolas que tenham e-mail (e para os professores de matemática cadastrados), com orientações sobre as inscrições e as demais etapas da olimpíada. Em 2017, as escolas privadas foram convidadas a participar, alcançando-se 53.231 escolas (48.837 públicas e 4.394 privadas), com um total de 18.240.497 alunos inscritos. Em 2018, 54.498 escolas (48.972 públicas e 5.539 privadas) inscreveram 18.237.996 alunos, distribuídos em 99,46% dos municípios do Brasil. Em 2019, 54.831 escolas (49.002 públicas e 5.829 privadas) inscreveram 18.158.775 alunos, cobrindo 99,71% dos municípios do Brasil.

O Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC) propicia ao aluno premiado da OBMEP a oportunidade de estudar Matemática por 1 ano, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Programa de Iniciação Científica e Mestrado (PICME) é um programa que oferece aos estudantes universitários que se destacaram nas Olimpíadas de Matemática (medalhistas da OBMEP ou da OBM) a oportunidade de realizar, durante sua graduação, estudos avançados em Matemática.

#### 4.1.1 INTERCÂMBIO CIENTÍFICO E INSERÇÃO INTERNACIONAL

Mantém um intenso programa de visitantes oriundos de outras instituições, do país ou do exterior, tendo recebido um total de 2.755 visitas entre 2011 e 2019. Entre esses, citam-se o Acordo Brasil–França em Matemática, que permite a movimentação de mais de 40 matemáticos por ano, em visitas a ambos os países; o acordo com a Universidade de Paris 6, por meio do qual professores dessa universidade realizam sua carga docente ministrando cursos de suas áreas no IMPA, sem custos para o Instituto; acordos que envolvem também o intercâmbio de alunos, tais como os celebrados com a École Polytechnique e com a École Normale Supérieure, de Paris.

Cabe ressaltar o fato do IMPA ser o único International Research Laboratory do CNRS francês no Brasil, podendo receber até cinco pesquisadores visitantes franceses por ano, sem custos para o IMPA.

Em 2011, o instituto sediou o evento de criação do Conselho de Matemática das Américas. No mesmo ano, o IMPA foi agraciado com a missão de organizar dois eventos maiores do calendário matemático mundial: a Olimpíada Internacional de Matemática (IMO), de 2017, e o Congresso Internacional de Matemáticos (ICM), de 2018, ambos no Rio de Janeiro, contribuindo para a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 13.358/2016, Lei do Biênio da Ma-

temática. O período 2017-2018 constitui um marco histórico para o Instituto e a matemática brasileira, com a realização no Brasil, pela primeira vez, da Olimpíada Internacional de Matemática (IMO) e do Congresso Internacional de Matemáticos (ICM). Em mais de 120 anos de sua existência, foi a primeira edição do ICM no hemisfério sul. O Biênio da Matemática 2017-2018, executado pelo IMPA em colaboração com a Sociedade Brasileira de Matemática, promoveu ativamente a popularização da matemática na sociedade brasileira. Nesse período, o Brasil também alcançou a promoção ao grupo de elite (grupo 5) da União Matemática Internacional.

Em 2014, o IMPA trouxe para o Brasil a maior conquista já alcançada pela ciência brasileira: a medalha Fields, concedida pela União Matemática Internacional ao pesquisador Artur Ávila, em 2014. Nascido, criado e educado integralmente no Brasil, com doutorado realizado no IMPA, Ávila é atestado contundente do patamar de excelência alcançado pela matemática brasileira, e da contribuição dada pelo IMPA para tal.

Cabe destacar, ainda, a iniciativa de realização do Encontro Brasileiro de Mulheres Matemáticas, no Rio de Janeiro, de 27 a 28 de Julho de 2019, reunindo 348 participantes, sob a coordenação do Comitê Científico e Organizador, integrado por Carolina Araujo (IMPA), Dayse Pastore (CEFET), Grasielle Cristiane Jorge (Unifesp), Jaqueline Godoy Mesquita (UnB), Juliana Fernandes Pimentel (UFRJ), Juliana Miranda (UFAM), Lucia-

ne Quoos (UFRJ), Maité Kulesza (UFRPE), Paula Olga Gneri (UTFPR), Simone Moraes (UFBA), Cecília Salgado (UFRJ), Celina Miraglia Herrera de Figueiredo (COPPE, UFRJ), Elaine Pimentel (UFRN), Helena Nussenzveig Lopes (UFRJ), Henrique Bursztyń (IMPA), Keti Tenenblat (UnB), Lorenzo J. Díaz (PUC-Rio), Maria Aparecida Ruas (ICMC/USP), Sandra Augusta Santos (UNICAMP), Viviane Ribeiro Tomaz da Silva (UFMG), Vyacheslav Futorny (USP).

#### 4.1.2 DIFUSÃO DA MATEMÁTICA

» Possui uma biblioteca especializada entre as mais completas do mundo, com um acervo integrado por 36.666 livros e 83.677 periódicos. Coleção de livros de texto, oriunda dos Colóquios, que são base da grande maioria da literatura matemática criada e publicada no Brasil.

» O Projeto Euclides promoveu a elaboração e publicação de livros de texto todos os níveis na área de matemática.

» Gravação dos cursos e palestras e sua disponibilização livre na internet.

» Criação, em 2009, do canal do IMPA no YouTube.

» Criação, em 2013, do Portal da OBMEP ([portaldaoelmep.impa.br](http://portaldaoelmep.impa.br)), com quase 150 mil assinantes, distinguido pelo YouTube com o Play de Prata, em 2016.

» O IMPA, maior criador de conteúdo no Brasil na área de matemá-

tica, em todo os níveis, com a Sociedade Brasileira de Matemática, iniciou a gravação de aulas e palestras, no começo dos anos 2000, à frente do Institute for Advanced Study, dos EUA, e do Institut de Hautes Études Scientifiques, da França.

» Desde 2016, o IMPA empreende um esforço de divulgação científica, na imprensa, reformulando o seu site e se estabelecendo nas redes sociais. Além de inúmeras matérias publicadas por ano sobre suas atividades, dentre as quais as Olimpíadas de Matemática, o Jornal Nacional exibiu uma série de quatro episódios sobre Matemática, com o apoio do Instituto. Desde 2017, há uma coluna semanal na Folha de São Paulo sobre matemática e ciência e, desde 2018, o Blog Ciência & Matemática, no jornal o Globo, produzidos e mantidos por pesquisadores eméritos do IMPA. O site do IMPA teve 3,2 milhões de acessos em 2019, com 432 notícias publicadas, entre perfis de pesquisadores, defesas de tese e notas institucionais. Com mais de 85 mil seguidores, as redes sociais alcançaram mais de 10 milhões de pessoas, em 2019, com quase mil posts no ano. Esse trabalho de divulgação científica vem sendo reconhecido nos últimos anos com premiações nacionais e internacionais em Comunicação.

#### 4.2 FATORES FAVORÁVEIS AO ALCANCE E/OU À SUPERANÇA DAS METAS NO PERÍODO ANALISADO

» O programa de visitantes e

a política institucional de viabilizar estágios de pesquisa, em outras instituições, incentivam a produção científica e potencializam as conexões nacionais e internacionais dos pesquisadores do IMPA (Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, de acordo com a IN TCU nº 63/2010, da DN TCU n 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013).

» Apoios recebidos das agências de fomento brasileiras, em 2019, ainda que mais reduzidos em comparação aos anos anteriores, assim como o estabelecimento de convênios e projetos internacionais, permitiram atenuar parcialmente o impacto dos cortes de recursos oriundos das agências brasileiras (Relatório de Gestão Anual 2019).

### **4.3 FATORES DESFAVORÁVEIS À EXECUÇÃO DO CG NO PERÍODO ANALISADO**

» Contingenciamento de recursos financeiros do governo federal e irregularidade no fluxo de desembolsos levou o IMPA a cortar despesas afetando seu desempenho, conforme observado no caso do Programa de Pós-doutora-

do de Verão, para o qual, em 2019, havia uma demanda para o pagamento de 1.851 diárias, das quais foram financiadas apenas 895. Houve também uma queda expressiva no número de pesquisadores visitantes estrangeiros, muitos dos quais financiados por agências de fomento estrangeiras, que atualmente vêm disponibilizando menos recursos. Isso também acometeu uma diminuição significativa no número de pesquisadores visitantes participantes em programas temáticos.

» A queda no número de bolsas de pesquisa pela CAPES, CNPq e outras agências de financiamento afeta o ensino e a pesquisa matemática. O programa de pós-doutorado de excelência diminuiu drasticamente no período. Em 2015, o IMPA recebeu 14 pós-doutorandos de excelência. Em 2016, esse número caiu para 8; em 2017, para 9; em 2018, para 6; e, no ano de 2019, apenas dois pós-docs (Relatório de Balanço do Ciclo 2011- 2020).

» A queda no número de bolsas de pesquisa repercute no número de livros vendidos, caindo 30%, em 2019 (Relatório Anual de Gestão 2019).

## 5. GOVERNANÇA, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

O IMPA é uma entidade autônoma, cuja estrutura organizacional consta do art. 17, do seu Estatuto, em que se estabelece: I - Assembleia Geral; II – Conselho de Administração (CA); III – Diretoria; IV – Conselho Fiscal; e V- Conselho Técnico-Científico. A gestão e a organização são disciplinadas pelo Estatuto, pelo Regimento Interno e pelo Código de Ética e Conduta da entidade.

A governança básica do IMPA é regulada pela Lei nº 9.637/1998, que dispõe, no inciso I, do art. 3º, sobre o Conselho de Administração (CA) como instância máxima de deliberação e sua composição proporcional. Ao Conselho de Administração compete, dentre outras atribuições, a escolha do diretor e a definição do planejamento estratégico. A decisão sobre assuntos acadêmicos é delegada pelo CA ao Conselho Técnico Científico (papel deliberativo). Além disso, o IMPA baseia sua organização na participação ativa dos seus pesquisadores nas Comissões Acadêmicas, principalmente Comissão de Ensino (CEN) e Comissão de Atividades Científicas (CAC), em que estão representadas todas as áreas de matemática. Não existem departamentos específicos por áreas da matemática, o que permite a participa-

ção conjunta dos pesquisadores nas decisões dos objetivos da Instituição, pois esses são convidados a participar de suas reuniões, com direito a voz.

Como parte da sua cultura organizacional, dispõe de mecanismo de gerenciamento integrado permanente dos riscos (estratégicos, financeiros e operacionais) utilizado para manter a transparência de suas atividades. As recomendações de auditoria interna são gerenciadas de modo a identificar oportunidades de melhoria, ações de mudança e prazos para a solução.

Em 2017, por iniciativa do Conselho de Administração e da Diretoria, o IMPA deu início ao projeto de desenvolvimento e implantação do Programa de Compliance.

Abaixo, o quadro 1 descreve a composição e representatividade do Conselho de Administração do IMPA, e o quadro 2 apresenta o perfil profissional dos seus membros.

Quadro 1: composição e representatividade do poder público e da sociedade civil, no Conselho de Administração

Percentual estabelecido na Lei de OS	Qtd	%	Instituições representadas
a) 20 a 40% de membros natos representantes do poder público, definidos pelo estatuto da entidade.	4	37%	MCTI, MEC, CAPES e CNPq
b) 20 a 30% de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto.	3	27%	ABC, SBPC e FIRJAN
c) até 10%, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados.	1	9%	Associado IMPA
d) 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.	2	18%	Profissionais da área científica, sendo um pós-graduado pelo IMPA.
e) até 10% de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;	1	9%	Pesquisador eleito pelos pares.
		100%	

Quadro 2: Perfil dos membros do Conselho de Administração

Nome	Tipo de representação	Instituição representada	Cargo/origem	Formação*	Anos de experiência
Sergio Ribeiro da C. Werlang	Profissional da área científica/tecnológica	Banco Itaú	Diretor-Geral	(D)	39
Edgar Dutra Zanotto	Profissional da área científica/tecnológica	Universidade Federal de São Carlos	Docente	(D)	44
José Felipe Linares Ramirez	Representante dos Associados do IMPA-OS	IMPA	Professor titular	(D)	35
Roberto Imbuzeiro M. Felinto de Oliveira	Representante do IMPA	IMPA	Pesquisador titular	(D)	23
Carlos Cezar Modernel Lenuzza	Poder público	MEC/Capes	Diretor Substituto de Educação Básica	(M)	35
Evaldo Ferreira Vileva	Poder Público	MCTI/CNPq – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais	Membro Comitê de Coordenação do Programa INCT	(D)	35
Jonas de Miranda Gomes	Poder Público	FIRJAN	Professor titular	(D)	36

Nome	Tipo de representação	Instituição representada	Cargo/origem	Formação*	Anos de experiência
José Fernando Perez	-	SBPC – Recepta Biopharma	Diretor-Presidente	(D)	52
Luiz Davidovich	Poder Público	ABC – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Professor titular	(D)	44
Mauro Luiz Rabelo	Poder Público	MEC/Capes	Diretor Relações Internacionais	(D)	40
Marcelo Marcos Morales	Poder Público	MCTI – Sociedade Brasileira de Biofísica	Secretário-Geral	(D)	23

\* Compreende: graduação (G), especialização ou MBA (E), mestrado (M) ou doutorado (D).

\*\* Estimativa – dados não disponíveis.

Fonte: Plataforma Lattes (lattes.cnpq.br); <http://cpdoc.fgv.br>; [www.atmosphere-eubrazil.eu](http://www.atmosphere-eubrazil.eu); <http://www.finep.gov.br/>; [www.escavador.com](http://www.escavador.com); [www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debatem-inovacao-metodista-33200](http://www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debatem-inovacao-metodista-33200); <http://www.megamoveleiros.com.br/3m-e-convidados-discutem-sobre-os-desafios-as-oportunidades-e-os-impactos-da-ciencia-em-2020/>. Acesso em ago. 2021.

O contrato de gestão é avaliado semestral e anualmente, por comissão de avaliação independente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, conforme exigência do § 2º, do art. 8º, da Lei nº 9.637/1998. A comissão de avaliação da IMPA, denominada Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), é designada por portaria do órgão supervisor, no caso o MCTIC, e a última atualização

consta da Portaria MCTI nº 4601, de 11 de maio de 2021.

Os especialistas (professores-pesquisadores e pós-doutores, com experiência internacional) são maioria na comissão de avaliação. São selecionados com base na sua trajetória de pesquisa acadêmica e científica. Os representantes do poder público pertencem aos quadros do órgão responsável pela política pública, programa ou projeto afim,

e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, órgão gestor do modelo OS. A seguir é apresentado o quadro 3, contendo dados sobre o perfil dos membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Quadro 3: Perfil dos membros da Comissão de Avaliação – IMPA

Nome / Titular	Participação	Instituição de origem	Formação	Anos de experiência
Marcio Gomes Soares (Presidente)	Especialista	MCTI	(D)	25
Yuan Jin Yun	Especialista	Universidade Federal do Paraná – Professor titular	(D)	32
Júlio Romano Meneghini	Especialista	Universidade de São Paulo – Professor titular	(D)	50
Antônio Gomes de S. Filho	Especialista	Universidade Federal do Ceará – UFC	(D)	34
Keti Tenenblat	Especialista	Universidade de Brasília – UnB	(D)	20
Ernesto Julián Goldberg Birgin	Especialista	Universidade de São Paulo – USP	(D)	45
Sheila Maria Reis Ribeiro	MGI	Titular	(M)	19
Lúcio Meira de Mesquita	MEC	Titular	**	15
Sávio Túlio Oselieri Raeder	MCTI	Titular	(D)	19

\* Compreende: graduação (G), especialização ou MBA (E), mestrado (M) ou doutorado (D).

\*\* Estimativa – dados não disponíveis.

Fonte: Plataforma Lattes ([lattes.cnpq.br](http://lattes.cnpq.br)); <http://cpdoc.fgv.br>; [www.atmosphere-eubrazil.eu](http://www.atmosphere-eubrazil.eu); <http://www.finep.gov.br>; [www.escavador.com](http://www.escavador.com); [www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debatem-inovacao-metodista-33200](http://www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debatem-inovacao-metodista-33200); <http://www.megamoveleiros.com.br/3m-e-convidados-discutem-sobre-os-desafios-as-oportunidades-e-os-impactos-da-ciencia-em-2020/>. Acesso em ago. 2021.

O trabalho da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) tem como foco os resultados da parceria formalizada no contrato de gestão, no Plano de Trabalho, e respectivo Quadro de Indicadores e Metas (QIM). A seguir, apresentam-se exemplos de recomendação ilustrativos da atuação da CAA.

Quadro 4: atuação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) - exemplos de recomendação

Assuntos	Exemplos de recomendações
Indicadores	Reformular o indicador 12 de modo que possa melhor expressar as descobertas, inovações, produtos e ou patentes. (RA-CAA 2011)
Metas	Seja estudada a criação de indicador que permita medir o desempenho do IMPA relativamente a outras instituições de excelência em nível internacional. (RS-CAA 2013)
Relatório de gestão	Inclusão da política adotada para contratação de novos pesquisadores e a relação com as estratégias de reforço das áreas existentes e ou abertura de novas áreas de pesquisa. (RA-CAA 2013)
Monitoramento de dados	Que na apresentação do desempenho do indicador 13 sejam separados os títulos publicados por itens: (i) títulos novos; (ii) reedição; (iii) reimpressão e (iv) traduções. (RA- CAA 2012)
Técnicas em geral	Reformular os indicadores referentes ao macroprocesso disseminação da matemática de modo que reflitam as novas propostas do Plano Diretor 2016 -2021. (RA -CAA 2017)

Fonte: Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2011; ; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2012; Relatório Semestral da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2017.

## 5.1. EXEMPLOS DE RECOMENDAÇÃO:

### Ao Órgão Supervisor, MCTI, e ao MEC

» Gestionar junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento a composição de GT interministerial, com a participação das consultorias jurídicas envolvidas, com o intuito de apresentar alternativa de solução, no âmbito do modelo OS, para ações transversais que envolvam projetos de vários setores do Governo, dentro de um único contrato de gestão, visando à racionalização do repasse de recursos e, conseqüentemente, da prestação de contas. (RA-CAA 2011).

» Reitera que sejam enviados esforços para regularização do repasse de recursos, no âmbito do contrato de gestão (RA-CAA 2017).

» A supervisão é realizada pelo órgão da Administração que assina o contrato de gestão. Corresponde aos denominados controles primários

de gestão, aos procedimentos para promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização do contratos de gestão, com o fim de resguardar os objetivos da parceria e o cumprimento das responsabilidades dos parceiros. O órgão supervisor é responsável pela constituição de Comissão de Avaliação independente, nos termos do § 2º, do art. 8º, da Lei nº 9.637/1998. O trabalho da CAA é de suporte ao órgão supervisor, gerando subsídios para as decisões do Conselho de Administração. O órgão supervisor é periodicamente auditado pela Controladoria Geral da União, responsável pelo controle interno da Administração Pública. A Organização Social, entidade privada, submete-se, ainda, à fiscalização do Tribunal de Contas da União, conforme dispõe o art. 70, da Constituição Federal, e o art. 9º, da Lei nº 9.637/1998

## 5.2. UNIDADE DE SUPERVISÃO

- MCTIC - Decreto nº 9.677/ 2019.
- Subsecretaria de Unidades Vinculadas/SUV.
- FCPE 101-4.
- FCPE 101-3.

## 5.3. FISCALIZAÇÃO

- Acórdão TCU nº 3304/2014.
- Relatório Anual de Contas CGU-Regional/RJ nº 201601351.
- Acórdão nº 5236/2015 – TCU – 2ª Câmara.
- Relatório de Gestão do IMPA dos exercícios de 2013 a 2018, nos termos da IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 170/2018 e Portaria TCU nº 65/2018 e-Contas.

## 6. TRANSPARÊNCIA

A Lei nº 12.527/2011, chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), dispõe, no art. 2º, seu alcance, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Essas entidades devem propiciar a chamada transparência ativa, que consiste na divulgação rotineira e por iniciativa própria de informações de interesse público.

Essa divulgação deve ser feita, pelo menos, nos sítios oficiais da internet e pode, também, ocorrer por todos

os outros meios legítimos disponíveis. As informações mínimas, que devem ser divulgadas nessa “forma espontânea”, estão elencadas no § 1º, do art. 8º, da LAI e, particularmente, no caso da OS, nos arts. 63 e 64, do Decreto nº 7.724/2012. No que tange à transparência passiva, os pedidos de acesso à informação, referentes aos ajustes firmados pelas entidades privadas sem fins lucrativos receptoras de recursos públicos de fomento, como é o caso do IMPA, são dirigidos aos órgãos e entidades públicos responsáveis pelo repasse, no caso o órgão supervisor, o qual é responsável pelas respectivas respostas, interagindo, conforme seja necessário, com a OS.

Quadro 5: Exigências legais e acesso a informações – Lei nº 12.527/2011

<p>Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.</p> <p>§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:</p>	<p>Transparência ativa em conformidade com a Lei</p>
<p>I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;</p>	<p>Disponível no portal da organização</p>

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	Informações nos Relatórios Anuais de Gestão, disponíveis em: <a href="https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/contrato-de-gestao/">https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/contrato-de-gestao/</a>
III - registros das despesas; e	Informações nos Relatórios Anuais de Gestão, disponíveis em: <a href="https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/balanco-anual-2/">https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/balanco-anual-2/</a>
V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;	Informações nos Relatórios Anuais de Gestão, disponíveis em: <a href="https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/balanco-anual-2/">https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/balanco-anual-2/</a>

Quadro 6: Em atendimento ao Decreto nº 7.724/2012.

Art. 63. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:	Disponível em: <a href="https://impa.br/sobre/estrutura-organizacional/">https://impa.br/sobre/estrutura-organizacional/</a>
I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;	Disponível em: <a href="https://impa.br/wp-content/uploads/2020/11/Estatuto-Social.pdf">https://impa.br/wp-content/uploads/2020/11/Estatuto-Social.pdf</a>
II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e	<a href="https://impa.br/sobre/estrutura-organizacional/">https://impa.br/sobre/estrutura-organizacional/</a>
III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.	Disponível em: <a href="https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/contrato-de-gestao/">https://impa.br/sobre/aceso-a-informacao/contrato-de-gestao/</a>

## NOTA

O Boletim das Organizações Sociais do Governo Federal é uma publicação do Departamento de Modelos Organizacionais (DEMOR), da Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Ino-

vação em Serviços Públicos, elaborada com o propósito de divulgar a experiência e os resultados das parcerias sociais reguladas pela Lei nº 9.637/1998.

**MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

